

Actuação da polícia nos bairros volta a dividir opiniões

A PSP foi filmada numa intervenção polémica no Bairro da Jamaica, no Seixal. Um dia depois, dispara balas de borracha na Avenida da Liberdade para “dispersar manifestantes”. Está a agir correctamente?

Segurança

Joana Gorjão Henriques

Desde domingo que dois acontecimentos colocaram a PSP no centro das notícias: a intervenção de agentes da Esquadra de Cruz de Pau durante essa manhã no Bairro da Jamaica, no Seixal, e o disparo de balas de borracha em plena Avenida da Liberdade, anteontem, em Lisboa.

Nas redes sociais e nos *media* as opiniões sobre a actuação da PSP provocaram polémica, com acusações de uso excessivo da força durante a actuação no referido bairro. E como se explica o recurso a balas de borracha em pleno centro de Lisboa, à hora de ponta? Está a PSP a cumprir as suas funções ou a extravasá-las?

Recordando: parte da operação no Bairro da Jamaica foi registada num vídeo que se tornou viral e mostrava os agentes e moradores em confronto, com uma narradora a acusar a polícia de racismo. Um agente deu dois socos e uma joelhada a Fernando Coxi, de 63 anos; a sua mulher, Julieta Joia, de 52, é empurrada por outro. A família acusou os polícias de uso excessivo e injustificado de força. O Ministério Público (MP) já abriu inquérito, a PSP também está a investigar e a Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) acompanha o processo da PSP.

Mobilizados pela indignação, centenas de jovens que se organizaram espontaneamente em 24 horas protestaram na segunda-feira em frente ao Ministério da Administração Interna no Terreiro do Paço – a PSP estimou 300. Na Avenida da Liberdade, por onde seguiram, os ânimos aqueceram. A PSP acusou-os de atirar pedras. Manifestantes queixaram-se da acção da polícia. “Não sei, não vi como fui atingido. Estávamos a subir, afastaram-se todos. Só senti a bala a acertar”, contou ao PÚBLICO Júnior Dias, de 18 anos, que tinha um ferimento no centro da testa.

Na noite de segunda-feira foram incendiados quatro carros na Póvoa de Santo Adrião e em Odivelas, com recurso a *cocktails Molotov*; 11 caixotes do lixo foram destruídos e outras cin-



Na madrugada de ontem a Esquadra da Bela Vista, em Setúbal, foi atingida com três *cocktails Molotov*. Há investigações em curso

co viaturas danificadas em Loures. Já na madrugada de ontem a Esquadra da Bela Vista, em Setúbal, foi atingida com três *cocktails Molotov* – a polícia fala de “vandalismo”, mas sublinhou que estes últimos incidentes não estavam ligados à manifestação.

“Podemos discutir quem atirou a primeira pedra, mas não devemos analisar as forças de segurança a esse nível. Elas têm uma responsabilidade muito elevada”, diz a socióloga Silvia

Falta um “debate sério” sobre “políticas públicas de policiamento e categorização dos bairros”

Rodríguez Maeso, coordenadora do projecto *O Combate ao Racismo em Portugal: Uma Análise de Políticas Públicas e Legislação Antidiscriminação*, da Universidade de Coimbra. “Mais do que apenas discutir os recentes acontecimentos”, é necessário um “debate sério” sobre “políticas públicas de policiamento e categorização dos bairros”.

Não se pode analisar o acontecimento no Jamaica como “um incidente isolado”, diz. Temos de perguntar: “Por que é que os residentes de determinados bairros têm um dia-dia de policiamento e que tipo de policiamento é que se considera que estas zonas precisam? Se cidadãos saem à rua, é porque há um problema e querem ser ouvidos. Estão a fazer uma chamada de atenção.”

O ex-ministro da Administração

Interna Rui Pereira é cauteloso. “Recuso-me a ver estes incidentes como uma oposição entre polícias e cidadãos. A polícia tem a obrigação de defender o Estado de direito e a ordem democrática e serve para defender os nossos direitos. Mas não podemos olhar os acontecimentos de forma descontextualizada.”

Portugal distingue-se

Para o jurista, que tinha a pasta em 2008 quando se deram os incidentes na Quinta da Fonte, em Loures (com tiroteios e meia centena de pessoas envolvidas em incidentes, durante dois dias), “a polícia foi chamada ao Jamaica porque havia distúrbios e violação dos direitos das pessoas”: “A própria polícia está a investigar. Não podemos presumir que actuou ilicitamente antes de serem feitas

averiguações.” Porém, “nada justifica” os ataques à esquadra e a carros: “Esses acontecimentos são graves e tem que haver uma acção firme.” A segurança é um direito consagrado na Constituição, lembra.

Já Mamadou Ba, do SOS Racismo, que está a reunir material para apresentar queixa ao MP sobre a actuação da PSP no Jamaica, não tem dúvidas: “O vídeo desmonta um padrão da polícia na intervenção dos bairros que está inscrita na violência gratuita. Vemos um agente a dirigir-se ao pai do jovem que ia deter e sem nenhuma razão começa a agredi-lo com violência. O pai não ofereceu resistência, não fez nada que o justificasse.”

No ano passado, o Conselho da Europa (CE) afirmou que Portugal está no topo dos países da Europa Ocidental com o maior número →

SOCIEDADE

ro de casos de violência policial.

Segundo os últimos dados da IGAI, houve 772 queixas em 2017, pouco mais do que no ano anterior. Foram poucas as penas disciplinares aplicadas aos agentes: desceram de nove para seis, entre 2016 e 2017. Mas a IGAI sublinhou ser “altamente preocupante” o número de denúncias de ofensas à integridade física por parte das forças de segurança, que totalizaram 267 e representam um terço do global (34,6%).

No projecto coordenado por Silvia Rodríguez Maeso os investigadores têm tentado aceder aos casos investigados pela IGAI, a “polícia dos polícias”, e a processos disciplinares instaurados a agentes. A coordenadora critica a instituição por ausência de transparência nos processos. “Numa inspecção como a IGAI não temos relatórios específicos públicos sobre como se faz o controlo das forças policiais e o policiamento das chamadas zonas urbanas sensíveis. A Assembleia da República tem de fazer esses pedidos e a IGAI responder.”

Para o operacional do Corpo de Intervenção da PSP Manuel Morais, que está a terminar um mestrado sobre a acção policial nas zonas urbanas sensíveis, os dados sobre Portugal não são mais preocupantes do que em outros países. É afirmativo na defesa dos colegas: “Não se pode confundir o que é o trabalho policial com o racismo.”

Pelo que viu de imagens no Bairro da Jamaica, comenta: “É muito mais fácil dizer do que fazer o ideal, estamos a lidar com emoções. Parece-me que a polícia foi fazer o seu trabalho e foi recebida com agressividade.” Também o recurso a balas de borracha durante a manifestação em Lisboa pareceu a opção correcta “para evitar cargas policiais”. “Se dispersarem, evitam que haja conflitos físicos.”

“Claro” que vê uma ligação entre os três acontecimentos: “O facto de saírem as imagens fez despertar a violência noutros lugares.” E prevê: “Vai haver mais tentativas, de forma a amedrontar os políticos para ver se amedrontam os polícias.”

O ministro da Administração Interna não respondeu às questões colocadas pelo PÚBLICO sobre a polícia que tutela.



O silêncio do ministro da Administração Interna é ensurdecedor e [os agentes] ficaram sozinhos a ser queimados em lume brando

Nuno Magalhães
Líder da bancada do CDS



FOTOS: DANIEL ROCHA

É só disso que se fala no bairro, e na escola mais próxima. “Foi muito chato”, diz José, 13 anos, interrompido por Daniel, 12: “Chato, não, foi irritante.” O outro torna, sentado no murete à porta de casa: “Eu sou criança e não sei como as coisas funcionam bem, mas sei que aquilo [o que se passou no domingo] não é correcto.” José ficou com “raiva”, diz que já não gosta de nenhum polícia. “Foi uma falta de educação não abordarem a situação com palavras”, concorda Daniel. “Não souberam pôr-se no lugar dos outros.” Vários moradores repetem que mesmo tendo alguém atirado pedras aos agentes, a resposta do outro lado é incompreensível. Não podem, compara Eva Salvador, 43 anos, “virar bichos”.

Agora fala-se de um “bairro calmo”, em que os únicos conflitos têm origem em grupos que param ali. Está tudo melhor, diz Cândido Noronha, desde o realojamento de 187 pessoas do lote 10, em Dezembro, as primeiras a sair no âmbito do processo de realojamento, no qual a câmara do Seixal e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana vão investir 15 milhões de euros. Na próxima fase, diz a autarquia, irá realojar-se outras 38 famílias do lote 13 em casas municipais e da Santa Casa, espalhadas por várias freguesias do Seixal. No Jamaica, ninguém conhece datas. Sabe-se apenas que até 2022 todas as 234 famílias que ali moravam no ano passado vão ter casas novas.

Para trás, fica o bairro de prédios inacabados pontilhados por roupa estendida, parabólicas e janelas, umas com vidros, outras sem, onde procuraram tecto centenas de famílias vindas de países de língua portuguesa nos anos 90. Nunca pararam de chegar às habitações precárias, com problemas de segurança, humidade e ventilação.

À pobreza juntou-se o tráfico, o crime organizado. “Agora aqueles que eles chamam de bandidos estão presos”, afirma Aurora Coxi, irmã de Hortêncio. Preocupa-a o futuro e o filho de dois anos que lhe corre aos pés. “Nós estamos aqui a sofrer, mas daqui a vinte anos como vai ser com eles?”

margarida.cardoso@publico.pt

Presidente da República alerta para o perigo das generalizações

Maria João Lopes

Já havia barulho nas redes sociais por causa dos incidentes ocorridos na Grande Lisboa, entre cidadãos e polícias, quando o Presidente da República veio pôr os pontos nos “is” e lembrar que não se deve fazer generalizações e que nem tudo é permitido em período pré-eleitoral.

“Há situações específicas que estão a ser objecto de intervenção do Ministério Público e muito bem, apurando a verdade. E generalizar isso para comunidades, ou generalizar isso em relação a instituições que são importantes para a defesa do Estado, parece-me que não faz sentido. Mas não faz sentido nunca e não faz sentido mesmo naquilo que é natural, que é um período de óbvio e plural debate pré-eleitoral”, afirmou ontem Marcelo Rebelo de Sousa.

Em causa estão confrontos, na segunda-feira, em Lisboa, entre a polícia e manifestantes que protestavam contra a intervenção policial do dia anterior no bairro da Jamaica, Seixal. Fora das redes sociais, o líder da bancada do CDS, Nuno Magalhães, prestou declarações aos jornalistas no Parlamento, considerando que, “se houver excesso” por parte das forças de segurança, tal “deve ser investigado”. E criticou “o silêncio do ministro da Administração Interna”: “É ensurdecedor e nada diz” aos agentes policiais que “ficaram sozinhos a ser queimados em lume brando”.

Já ao fim do dia, o ministro Eduardo Cabrita falou sobre o assunto. “Eu tenho toda a confiança na polícia portuguesa, toda a confiança nas polícias e toda a certeza que, como sempre sucede, as circunstâncias objecto de apreciação serão avaliadas no inquérito a decorrer”, declarou aos jornalistas, em Faro.

Classificando os incidentes registados como “fenómenos pontuais”, sublinhou que “a tranquilidade e a serenidade” são essenciais. Por fim, avançou, citado pela Lusa, que “está em apreciação” a possibilidade de os

polícias poderem vir a usar câmaras de vídeo nas fardas.

Ao longo da tarde, houve trocas de acusações entre elementos de vários partidos. Nuno Magalhães falou em “opiniões irresponsáveis” e admitiu estar a referir-se à deputada do BE, Joana Mortágua – sem, no entanto, a responsabilizar pelos acontecimentos.

“Declarações insensatas”

Apesar de o presidente do PSD, Rui Rio, ter recusado comentar os episódios de violência, justificando não ter tido oportunidade de se debruçar sobre o assunto para fazer um “comentário responsável”, quem já veio exigir “responsabilidades” à deputada do BE foi a concelhia de Lisboa do PSD.

“Num estado que se quer de direito, cabe aos políticos e aos partidos políticos defender os direitos dos todos os seus cidadãos, mas cabe-lhes de igual forma a defesa das suas instituições, nomeadamente as forças de segurança”, lê-se na nota dos socialdemocratas.

Em causa, está a partilha de um vídeo dos desacatos de domingo entre agentes da PSP e moradores do bairro da Jamaica. “São quatro minutos de violência policial no bairro da Jamaica. Podem ir começando a pensar em desculpas mas não há ex-



Marcelo Rebelo de Sousa

plicação para isto. E o BE vai exigir responsabilidades”, escreveu Joana Mortágua na legenda do vídeo, partilhado no Facebook e no Twitter.

Quem também se viu no meio de uma polémica no Facebook foi o dirigente do SOS Racismo, e assessor do BE, Mamadou Ba, por ter escrito uma publicação em que se referiu à “bosta da bófia”: “Sobre a violência policial, que um gajo tenha de aguentar a bosta da bófia e da facho esfera é uma coisa, é natural, agora levar com sermões idiotas de pseudo-radical iluminados é já um tanto cansativo, carago!” Noutra publicação, reiterou: “E sim, bater em alguém porque é negro ou cigano, é uma bosta. Matar alguém porque é negro ou cigano é pior que uma bosta.”

A Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP) acusou, em declarações à Lusa, o BE e o SOS Racismo de incitamento à violência e de colocarem a população contra a polícia. O Sindicato Nacional da Polícia-SINAPOL também acusou responsáveis políticos e a SOS Racismo de produzirem “declarações insensatas”.

Entre outras considerações, a coordenadora do BE, Catarina Martins, lamentou que a função essencial das forças de segurança fique manchada “por alguns elementos racistas e violentos” e pela impunidade, considerando que a manifestação de segunda-feira em Lisboa “foi maioritariamente pacífica”.

Já o PCP “não alimentará a corrente dos que a propósito de factos concretos e pontuais agem para os generalizar”. “Fazê-lo seria animar um ambiente de insegurança e intranquilidade”, diz. Numa nota, os comunistas lembram que a PSP abriu um inquérito e acrescentam que “eventuais situações de recurso a violência não justificada, naturalmente condenável e que deve ser prevenida, não podem contribuir para desvalorizar a acção das forças de segurança e dos seus profissionais”. **com Sofia Rodrigues e Rita Siza**

mjlupes@publico.pt